



CAPACITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

# PLANSAB

**Plano Nacional de Saneamento Básico**



18 e 19/07/16 em João Câmara; 20 e 21/07/16 em Canguaretama;

08 e 09/08/16 em Caraúbas; 10 e 11/08/16 em Currais Novos



# Etapas da elaboração do Plansab

Pacto pelo  
Saneamento  
Básico

- O documento foi norteado pelo entendimento na construção de caminhos e soluções para a universalização do acesso ao saneamento básico e à inclusão social e teve por propósito mobilizar diversos segmentos da sociedade para a construção do Plano, bem como seu engajamento para o alcance dos objetivos e metas propostos.

Panorama do  
Saneamento  
Básico no  
Brasil

- Apresenta, em 7 volumes, uma análise situacional do saneamento básico no País, visando subsidiar no processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento básico.

Plano  
Nacional de  
Saneamento  
Básico



**PLANSAB**  
PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
Mais Saúde com Qualidade de Vida e Cidadania

## **Plano Nacional de Saneamento Básico**

**- PLANSAB -**

**(Versão para apreciação do CNS, CONAMA, CNRH e CONCIDADES)**

**Brasília**

**maio/2013**

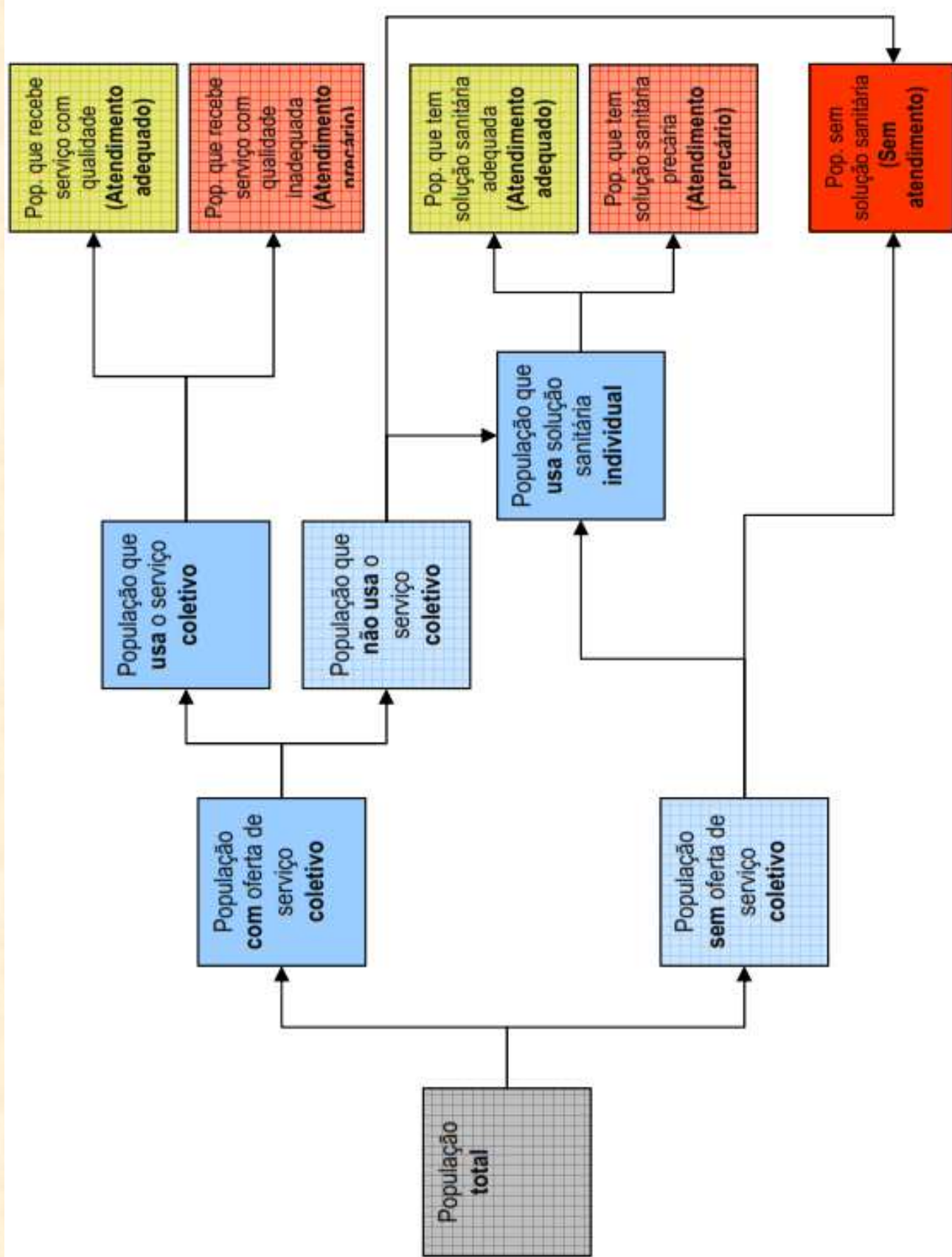


FIGURA 4.1: Conceito de *deficit* em saneamento básico adotado no Plansab

**TABELA** : Caracterização do atendimento e do *deficit* de acesso ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos

COMPONENTE <sup>(1)</sup>	ATENDIMENTO ADEQUADO	DEFICIT	
		Atendimento precário	Sem atendimento
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornecimento de água potável por rede de distribuição ou por poço, nascente ou sistema, com canalização interna, em qualquer caso sem intermitências (paralisações ou interrupções).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dentre o conjunto com fornecimento de água por rede e poço ou nascente, a parcela de domicílios que:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não possui canalização interna;</li> <li>- recebe água fora dos padrões de potabilidade;</li> <li>- tem intermitência prolongada ou racionamentos.</li> </ul> </li> <li>- Uso de cisterna para água de chuva, que forneça água sem segurança sanitária e, ou, em quantidade insuficiente para a proteção à saúde.</li> <li>- Uso de reservatório abastecido por carro pipa.</li> </ul>	Todas as situações não enquadradas nas definições de atendimento e que se constituem em práticas consideradas inadequadas <sup>(3)</sup> .
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coleta de esgotos, seguida de tratamento;</li> <li>- Uso de fossa séptica<sup>(2)</sup>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coleta de esgotos, não seguida de tratamento;</li> <li>- Uso de fossa rudimentar.</li> </ul>	
MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coleta direta, na área urbana, com frequência diária ou em dias alternados e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos;</li> <li>- Coleta direta ou indireta, na área rural, e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.</li> </ul>	<p>Dentre o conjunto com coleta, a parcela de domicílios que se encontram em pelo menos uma das seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- na área urbana, com coleta indireta ou com coleta direta, cuja frequência não seja pelo menos em dias alternados;</li> <li>- destinação final ambientalmente inadequada.</li> </ul>	

<sup>(1)</sup> Em função de suas particularidades, o componente drenagem e manejo de águas pluviais urbanas teve abordagem distinta.

<sup>(2)</sup> Por "fossa séptica" pressupõe-se a "fossa séptica sucedida por pós-tratamento ou unidade de disposição final, adequadamente projetados e construídos".

<sup>(3)</sup> A exemplo de ausência de banheiro ou sanitário; coleta de água em cursos de água ou poços a longa distância; fossas rudimentares; lançamento direto de esgoto em valas, rio, lago, mar ou outra forma pela unidade domiciliar; coleta indireta de resíduos sólidos em área urbana; ausência de coleta, com resíduos queimados ou enterrados, jogados em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar ou outro destino pela unidade domiciliar.

**TABELA 4.2: Atendimento e déficit por componente do saneamento básico no Brasil, 2010**

COMPONENTE	ATENDIMENTO ADEQUADO		DÉFICIT			
			Atendimento precário		Sem atendimento	
	(x 1.000 hab)	%	(x 1.000 hab)	%	(x 1.000 hab)	%
Abastecimento de água	112.497 <sup>(1)</sup>	59,4	64.160	33,9	12.810	6,8
Esgotamento sanitário	75.369 <sup>(2) (3)</sup>	39,7	96.241	50,7	18.180	9,6
Manejo de resíduos sólidos	111.220 <sup>(4)</sup>	58,6	51.690 <sup>(5)</sup>	27,2	26.880	14,2

Fontes: Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011), , SNIS de 2010 (SNSA/MCidades), PNSB (IBGE, 2008).

<sup>(1)</sup> Corresponde à população atendida pelas soluções expostas na Tab. 4.1, subtraída daquela atingida por paralisação ou interrupção em 2010. Uma vez que os dados sobre desconformidade da qualidade da água consumida não permitem estimar a população atingida, adicionalmente àquela que enfrenta intermitência, foi assumido que a dedução para paralisações e interrupções já abrangeria o contingente com qualidade da água insatisfatória.

<sup>(2)</sup> As bases de informações do IBGE adotam a categoria "rede geral de esgoto ou pluvial" e, portanto, os valores apresentados incluem o lançamento em redes de águas pluviais.

<sup>(3)</sup> Considerou-se destinação final ambientalmente inadequada a destinação em vazadouros a céu aberto e em aterros controlados, nesse caso em municípios com população superior a 20.000 hab. Não se deduziu, do atendimento adequado, a população atendida com frequência de coleta inferior a dias alternados, em função da limitação das informações da PNSB.

Fonte: PLANSAB

TABELA 9.1: Síntese do esboço dos Programas previstos no Plansab

PROGRAMA	CONCEPÇÃO	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	ORÇAMENTO*	AÇÕES	CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO
Programa 1: <b>Saneamento básico integrado</b>	Investimento em ações estruturais abrangendo, preferencialmente, mais de um componente do saneamento básico	Financiar medidas estruturais para cobrir o déficit em abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas	✓ Titulares ou prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário  ✓ Municípios e estados no caso de manejo de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e de intervenções de drenagem urbana e manejo de águas pluviais	R\$ 212 bilhões (recursos onerosos e não-onerosos)	Possíveis ações em:  ✓ Áreas metropolitanas, municípios de médio ou pequeno porte  ✓ Favelas e ocupações espontâneas; áreas de risco e sujeitas a inundações; áreas indutoras do desenvolvimento turístico; bacias hidrográficas críticas	✓ Existência de Planos Municipais de Saneamento Básico ✓ Existência de instâncias de controle social para fiscalização do recurso público ✓ Existência de consórcios, parcerias entre entes federados ou arranjos institucionais para a gestão ou prestação dos serviços ✓ Iniciativas que contemplem a integralidade dos componentes do saneamento ✓ Coordenação única das intervenções solicitadas ✓ Existência de programa efetivo de redução de perdas no sistema de abastecimento de água ✓ Projetos de medidas estruturais articulado com estruturantes ✓ Municípios com indicadores críticos de salubridade ambiental
Programa 2: <b>Saneamento rural</b>	Atendimento da população rural, povos indígenas e comunidades tradicionais, no conjunto das necessidades dos componentes do saneamento básico, integrados com o Programa Territórios da Cidadania e com o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, entre outros	Financiar medidas para abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e educação ambiental para o saneamento em áreas rurais e de comunidades tradicionais	✓ Administrações municipais ✓ Consórcios ou prestadores de serviços públicos ✓ Instâncias de gestão para o saneamento rural como cooperativas e associações comunitárias	R\$ 24 bilhões (recursos não-onerosos)	Possíveis ações para:  ✓ População rural ✓ Povos indígenas ✓ Quilombolas ✓ Reservas extrativistas	✓ Existência de Planos Municipais de Saneamento Básico ✓ Existência de instâncias de controle social para fiscalização do recurso público ✓ Existência de consórcios, parcerias entre entes federados ou arranjos institucionais para a gestão e prestação dos serviços ✓ Existência de programa efetivo de redução de perdas no sistema de abastecimento de água ✓ Projetos de medidas estruturais articulado com estruturantes ✓ Municípios com indicadores críticos de salubridade ambiental
Programa 3: <b>Saneamento estruturante</b>	Apoio à gestão dos serviços com vistas à sustentabilidade para o adequado atendimento populacional e com o olhar para o território municipal e para a integralidade das ações de saneamento básico	Financiar medidas estruturantes com vistas à melhoria da gestão e prestação de serviços e de forma a qualificar os investimentos em medidas estruturais	✓ Titulares, consórcios e outras modalidades de gestão ✓ Prestadores públicos ✓ Gestores ✓ Entidades de ensino e pesquisa	R\$ 62 bilhões (principalmente com recursos não-onerosos)	✓ Ações estruturantes de apoio à gestão ✓ Ações estruturantes de apoio à prestação de serviços ✓ Ações estruturantes de capacitação e assistência técnica ✓ Desenvolvimento científico e tecnológico	✓ Existência de Planos Municipais de Saneamento Básico ✓ Existência de instâncias de controle social para fiscalização do recurso público ✓ Existência de consórcios, parcerias entre entes federados ou arranjos institucionais para a gestão e prestação dos serviços ✓ Existência de programa efetivo de redução de perdas no sistema de abastecimento de água ✓ Cumprimento de metas locais e regionais ✓ Atendimento de metas de desempenho operacional ✓ Municípios com indicadores críticos de salubridade ambiental

\* Valores referentes a dezembro de 2012.